

XVII ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Emprego, Desenvolvimento e Coesão Social: Que perspetivas para a regulação económica e social?
23 e 24 de Novembro 2017 :: Escola Superior de Ciências Empresariais-Instituto Politécnico de Setúbal
Tema 3) Dinâmicas do mercado de trabalho e políticas públicas de educação, formação e emprego

(Des)emprego: depois da erosão e da reconfiguração (2007-2016)

Ricardo Fabrício

rf@uma.pt

SOCIUS/CSG/ISEG/UL & Universidade da Madeira

Resumo

Os últimos dez anos (2007-2016) foram férteis em transformações no mercado de trabalho nacional, que se revelam alinhadas com a primazia de relações socioeconómicas pautadas pelo curto prazo, a ambivalência e a paradoxalidade. As transformações no (des)emprego, que estão incrustadas nos diferentes parâmetros da população ativa, da população empregada e da população desempregada, revelam contornos peculiares e correspondem a uma nova paisagem em termos de (des)emprego. Desde 2008 temos vindo a assistir a um conjunto de mudanças, que tanto podem estar relacionadas com a estrutura etária e a distribuição setorial do emprego, como com a redução do número de empregos nos setores secundário e primário, que, no entanto, paradoxalmente, se fizeram acompanhar do aumento do volume de emprego no setor terciário. As evidências da erosão e da reconfiguração do (des)emprego são abundantes e a paisagem empregabilística nacional está diferente. O impacto das perdas de população empregada nos trabalhos a tempo completo, os ganhos de população empregada nos trabalhos a tempo parcial ou o aumento do subemprego são alguns dos factos observáveis. Esta comunicação ocupa-se da coleta, organização e leitura de um conjunto de dados oficiais, a partir dos quais é possível detalhar o mercado de trabalho que está atualmente a ser edificado em Portugal e no qual a recuperação de emprego é problematizável, nomeadamente, face à qualidade do emprego em recuperação.

Palavras chave: População, emprego, desemprego, erosão e reconfiguração.

Prólogoⁱ

A intervenção da troika (2011) e as denominadas crises das dívidas soberanas (2008/9/10) e financeira (2007/8)ⁱⁱ integram um conjunto de acontecimentos contemporâneos, dotados de diferentes intensidades e impactos, que não podem estar ausentes nas tentativas de compreensão da sociedade portuguesa nos últimos 10 anos (2007-2016). As repercussões destes acontecimentos são frequentemente percebidas como bastante familiares, embora nem sempre de modo translúcido. Um dos planos em que as repercussões de acontecimentos tão marcantes se fizeram sentir foi no (des)empregoⁱⁱⁱ, um fenómeno social propenso à atomização (por via da valorização da experiência individual) e à ilusão da familiaridade ou da proximidade. Embora vivido na primeira pessoa, não é supérfluo reiterar a condição social do fenómeno. O (des)emprego é o resultado de inúmeros processos coletivos, logo, os contributos dirigidos à sua compreensão remetem-nos para domínios que extravasam os contornos das experiências individuais.

Na verdade, o (des)emprego é um genuíno facto social, facilmente capturável pelas abordagens parciais de foro individual ou por outras mais sofisticadas, mas deliberadamente comprometidas com as agendas dos grandes guiões ideológicos, pouco vocacionados para a exploração dos múltiplos níveis de análise, que as atividades humanas (em sociedade) aglutinam. O (des)emprego representa, pois, um tema sociologicamente pertinente, embora seja necessário contar com o papel desempenhado pela mediatização das suas variações estatísticas, cujo efeito sedutor (Lipovetsky, 1989) recomenda cuidados suplementares, mas torna o tratamento sociológico do fenómeno ainda mais desafiante.

Que acontecimentos como a intervenção da troika, a crise das dívidas soberanas e a crise financeira tiveram impacto na sociedade portuguesa ninguém parece duvidar. No entanto, admitir que o (des)emprego incorpora contributos destes acontecimentos não é por si só uma garantia suficiente para alcançarmos um entendimento mais detalhado do fenómeno (da privação ou da posse de emprego). Perante eventuais insuficiências, por parte das abordagens individuais ou não-sociológicas no tratamento do tema, a abordagem compreensiva da Sociologia é suficientemente competente para revelar o alcance da complexidade das relações e das interações da atividade humana de que o (des)emprego é uma consequência.

Neste texto deliberadamente interessado pela discussão do tema do (des)emprego, reclama-se a possibilidade de exploração das relações e das interações sociais que são captáveis a partir de conceitos sociodemográficos fundamentais, tais como população ativa (PA)^{iv}, população desempregada (PD) e população empregada (PE), que por sua vez são desdobráveis numa série de parâmetros, que tanto podem dizer respeito à estrutura etária e à distribuição setorial do emprego, como à variação do número de empregos nos diferentes setores económicos, às modalidades de tempo ou rendimentos do trabalho, embora estejamos cientes que o universo dos parâmetros admissíveis nos conceitos em epígrafe não se esgotam nos que seleccionámos.

Sobre a problemática e a metodologia

Com base numa perspetiva que perceciona o (des)emprego como uma manifestação da sociedade, diremos que o exercício a desenvolver não pode deixar de considerar, desde logo, a totalidade de que o (des)emprego faz parte. O emprego e o desemprego são extremos de um contínuo. As propriedades da extensão desse contínuo representam a população ativa. Neste

sentido, a nossa opção metodológica considera o (des)emprego como um subconjunto em interação. Mais do que uma expressão quantitativa nominal ou percentual de uma determinada realidade, o (des)emprego carece de um enquadramento expandido, porque do somatório resultante entre a população desempregada e a população empregada resulta uma população maior –a população ativa– que também importa considerar na análise sociológica do (des)emprego, sob prejuízo de se perder o complexo de relações e de interações envolvidas entre os diferentes subconjuntos, se tal enquadramento alargado não se verificar.

O exercício que empreendemos tem subjacente à partida um tipo particular de abstração, que se socorre de uma formulação ($PA = PD + PE \Leftrightarrow PE = PA - PD \Leftrightarrow PD = PA - PE$) para desenvolver uma leitura mais integradora, simultaneamente quantitativa e qualitativa, do fenómeno e do facto social que é o (des)emprego em Portugal no período 2007-2016^v. A dinâmica estabelecida entre as populações em referência (PA/PD/PE) representa um problema genuinamente sociológico, talhado pela modernidade líquida (Bauman 1997, 1999 e 2001), que vigora nas sociedades de risco contemporâneas (Beck, 2003), sobre as quais se abatem os efeitos do capitalismo financeiro (Boltanski, Luc & Chiapello, 1999; Luttwak, 2000; Plihon, 2003; Sennet, 2006) e algumas das suas maiores consequências: ao nível do significado e do valor do trabalho (Sallaz, 2013), mas também das formas do emprego (Kovács, 2002 e 2005; Stone & Arthurs, 2013).

A latência de um enquadramento teórico sociológico na reflexão permite alimentar uma pergunta, que este texto pretende explorar e responder. Não é propriamente uma pergunta relativa ao domínio da discussão teórica sobre os atributos do trabalho ou das formas de emprego na contemporaneidade, mas é uma pergunta que visa possibilitar o desenrolar de um contributo baseado na interpelação, na verificação e na discussão dos dados disponíveis oficiais publicados sobre o (des)emprego e a população ativa, visando a apreender as consequências de um importante fenómeno social da sociedade portuguesa contemporânea.

Deste modo, o nosso propósito é ensaiar uma proposta de leitura sobre a paisagem empregabilística nacional, entendendo-a como uma representação de síntese de um território concreto (Portugal) e das interações decorrentes das suas populações (PA-PD-PE), num período delimitado (2006-2017), durante o qual ocorreram acontecimentos significativos, como a crise

financeira (2007/2008), a crise das dívidas soberanas (a partir de 2008) e a intervenção da troika em Portugal (2011).

Com os propósitos apresentados e a problemática definida nestes exatos termos, a metodologia utilizada privilegiou a coleta, a organização e a leitura de um conjunto de dados oficiais públicos (disponíveis na PORDATA) e o manuseio de um conjunto de indicadores (PA, PD e PE), desdobrados por parâmetros primários (grupos etários, género e nível de escolaridade para todos os indicadores) e parâmetros secundários (regime de trabalho, situação na profissão, setor de atividade económica e rendimento do trabalho para o indicador população empregada).

A dinâmica e a distribuição da população ativa (grupo etário, género e escolaridade)

Quando se observa o comportamento da população ativa portuguesa entre 2007 e 2016 deparamo-nos com um fenómeno nítido de subtração de ativos, que se cifra na perda de cerca de 355.000 indivíduos (-6,4%) no período. Trata-se de um fenómeno de redução (de população ativa) rebuscado. Embora constante a partir de 2011, tendo as maiores perdas concentradas nos anos de 2013 (-98.000), 2011 (-61.000), 2014 (-59.000) e 2012 (-45.000), a população ativa entre 2011 e 2014 encolheu significativamente (-264.100), ou seja, em apenas quatro anos (2011, 2012, 2013 e 2014) ocorreram 74,4% das perdas da população ativa registadas (num período de dez anos), fazendo deste intervalo (2011-2014) um período particularmente severo.

As implicações deste fenómeno de perda de população ativa estão embutidas na estrutura dos diferentes grupos etários, mas fizeram-se sentir também ao nível das dinâmicas subjacentes em termos de género e dos níveis de escolaridade (Quadro 1), parâmetros que analisados concomitantemente ampliam o grau de compreensão do fenómeno em causa, bem como as suas implicações ao nível da população (des)empregada. Na verdade, a opção pelo desdobramento nestes termos, é desde logo um compromisso reiterado e válido para a obtenção de diferentes níveis de análise, que revelam a existência de perdedores e ganhadores, quando abordamos o fenómeno de perda ocorrida na população ativa portuguesa entre 2007 e 2016.

Se considerarmos a dinâmica da população ativa, segundo os diferentes grupos etários, torna-se evidente que os perdedores foram aos grupos etários formados pelos indivíduos com idade inferior a 34 anos e superior a 65 anos. Durante o período considerado, o subconjunto etário dos

indivíduos com menos de 25 anos perdeu 141.000 indivíduos (-28%), denotando perdas permanentes ao longo do período, sendo estas particularmente intensas em 2009 (-34.700), 2010 (-37.200) e 2013 (-29.600), embora menores em 2014 (-11.500), 2015 (-8.500) e 2016 (-5.300 indivíduos). Se considerarmos o subconjunto etário 25-34 anos (-363.300 /-25,7%), verificaremos um fenómeno semelhante ao observado no grupo etário <25 anos, com as perdas de população ativa a serem permanentes e o intervalo 2010-2014 a ser particularmente significativo (-247.900/-19,6%). Por outras palavras: ¼ da população ativa com menos de 35 anos esteve sob o efeito de erosão entre 2007 e 2016. Estes grupos etários da população ativa não ruíram, mas foram erodidos e como tal configuram situações demográficas com riscos acrescidos. Perderam-se 506.800 ativos (-26,9%) nos grupos etários com menos de 35 anos, aos quais é ainda necessário adicionar as perdas provenientes do grupo etário com mais de 65 anos (-98.400/-29,2%), cujas maiores perdas estão concentradas em 2011 (-33.800/-10,44%), 2013 (-20.900/-7,07%) e 2014 (-25.400/-9,24%). Deste modo, os grupos etários da população ativa formados pelos indivíduos mais novos (menos de 35 anos) e mais séniores (mais de 65 anos) perderam um total de 605.200 indivíduos, num período em que a evolução da população ativa apresenta uma perda de 354.800 indivíduos. Fica assim revelado que a compensação de população ativa esteve relacionada com a dinâmica ocorrida nos grupos etários intermédios, designadamente, entre os 35 e os 64 anos. Estes grupos etários foram os ganhadores de população ativa, tendo aumentado a sua participação na formação da população ativa do período em análise, nomeadamente, através do grupo 45-54 anos (+104.500 indivíduos/+8,8%) e 55-64 (+124.700/+18,6%), que cresceram em termos absolutos e percentuais, com este último (55-64 anos) a ser o mais regular e consistente nos crescimentos verificados. Portanto, a compreensão do fenómeno (des)emprego em Portugal, entre 2007 e 2016, fica enriquecida com este enquadramento emanado da dinâmica etária da população ativa.

No que concerne às implicações das variações da população ativa em termos de género, diremos que neste domínio o fenómeno de perda foi maior entre os homens (-265.100/-9,1%) do que entre as mulheres (-89.700/-3,4%). Verifica-se que as perdas entre o género masculino foram contínuas, não sendo observável idêntica tendência entre o género feminino, visto que as perdas de população ativa feminina ocorreram em 5 dos 10 anos do período considerado. Contudo, embora ambos os géneros tenham perdido indivíduos na formação da população ativa, o género

masculino perdeu mais do que o género feminino, tendo as perdas masculinas possibilitado o estabelecimento de uma nova realidade: a menor disparidade por género no fim do período. Os homens representavam 52,7% da população ativa em 2007 e as mulheres 47,3%, mas em 2016 esta relação indicava uma ligeira descida do subconjunto formados pelos homens (51,2%) e um ligeiro aumento das mulheres (48,8%) na formação desta população. Todavia, apesar da ordem de grandeza que as leituras absolutas do fenómeno proporcionam, na verdade, em termos relativos e em linha com a paradoxalidade e ambivalência tão rotineira da modernidade, é possível verificar que a formação da população ativa por género maioritário não sofreu alteração, com o subconjunto masculino a prevalecer como maior subconjunto da população ativa.

Relativamente à evolução da população ativa em termos de escolaridade ocorreu uma reconfiguração digna de realce e que podemos traduzir do seguinte modo: os subconjuntos nenhum nível de escolaridade (-198.200/-68,7%) e básico (-1.203.700/-33,1%) encolheram significativamente, enquanto a população ativa nos níveis secundário e pós-secundário (+518.600/+62,6%) e superior (+528.400/+68,1%) aumentou, fazendo da melhoria do nível da escolaridade da população ativa um facto e possibilitando uma nova geometria em 2016, caracterizada pela diminuição dos níveis mais baixos de escolaridades (nenhum 1,7% e básico 47%), que representavam 48,7% da população ativa (71% em 2007), enquanto os níveis mais avançados (secundário e pós-secundário 26% e superior 25,2%) totalizavam 51,2% (29% em 2007).

Na verdade, o fenómeno da perda de população ativa ocorrido entre 2007 e 2016 é rebuscado, mas igualmente paradoxal e ambivalente. É um fenómeno feito de grupos etários sujeitos a comportamentos distintos, sendo alguns deles sujeitos a erosão. Assim, num ambiente em que coexistiram perdedores e ganhadores, os homens foram -em termos quantitativos absolutos- mais penalizados do que as mulheres, embora sem qualquer alteração relativa ao nível do género maioritário na formação da população ativa portuguesa, cuja reconfiguração mais assinalável foi o aumento dos níveis de escolaridade.

A dinâmica e a distribuição da população desempregada (grupo etário, género e escolaridade)

O período 2009-2013 foi marcado pelo aumento da população desempregada (+132.400 indivíduos/+30%), envolvendo variações distintas consoante os anos considerados, com a particularidade dos anos 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 terem registado aumentos face ao ano anterior. Trata-se de uma fase (2009-2013) que coincide com o registo de máximos históricos nos valores da população desempregada (Quadro 2).

As reduções na população desempregada verificaram-se apenas a partir de 2014, com os valores a se situarem, em 2016, próximo dos valores atingidos em 2010. Esta situação ajuda a compreender, particularmente, a magnitude do fenómeno do desemprego em Portugal entre 2009-2013.

Em termos da distribuição pelos diferentes grupos etários, contrariamente ao observado no âmbito da população ativa, constata-se que a dinâmica do desemprego atingiu negativamente todos os grupos etários considerados, ainda que envolvendo dinâmicas diferenciáveis. O desemprego no grupo etário com idade inferior aos 25 anos cresceu 20,3% (+17.200 indivíduos) e aumentou 21,7% no grupo etário 25-54 anos (+67.600 indivíduos), com o somatório de ambos os grupos a representar 64% do aumento ocorrido na população desempregada. Assinale-se, porém, os contornos da severidade do desemprego entre os indivíduos do grupo etário 55-64 anos (+99,8%).

Com base na observação da evolução da população desempregada identificam-se diferentes regularidades temporais nas variações do desemprego. O aumento de população desempregada para o grupo etário 55-64 anos apenas não ocorreu nos anos de 2015 e 2016. No grupo etário 25-54 anos, o mesmo fenómeno ocorreu entre 2009 e 2013; e no caso do grupo etário sub-25 anos, os aumentos, verificaram-se entre 2009 e 2012. Os aumentos do desemprego foram proporcionais à senioridade dos grupos etários, ou seja, quanto mais séniores, mais sujeitos à regularidade temporal do aumento do desemprego.

O desagravamento dos registos do desemprego teve início em 2013 para o grupo etário sub-25 anos, em 2014 para o grupo etário 25-54 anos e para o grupo etário 55-64 apenas em 2015. Os contornos da exposição e vulnerabilidade dos diferentes grupos etários ficará mais exposta se

retivermos a expressão da participação de cada um deles na formação da população desempregada nos extremos do período em análise. O grupo etário sub-25 anos em 2007 reunia 19,2% da população desempregada (17,8% em 2016). O grupo intermédio (25-54 anos) 70,7% em 2007 (66,2% em 2016). O grupo etário mais sénior aumentou no período, ao representar 15,2% da população desempregada em 2016 (9,9% em 2007).

O aumento da população desempregada (+132.400/+30%) por género acarretou uma alteração no género dominante. A população desempregada do género feminino representava 56,3% da população desempregada em 2007, mas ao longo do período (2007-2016) foi diminuindo a sua expressão. O género masculino representava 50,8% da população desempregada em 2016 (43,7% em 2007) e o género feminino 49,2% (56,3% em 2007). Durante o período, mais concretamente a partir de 2014, ocorreu um fenómeno de paridade no desemprego, embora o género masculino fosse maioritário na formação da população ativa.

Com o aumento de população desempregada a atingir todos os grupos etários considerados e a envolver um nivelamento de género, os indivíduos com maiores níveis de escolaridade fizeram parte dos subconjuntos em que a população desempregada cresceu. Efetivamente, os subconjuntos dos indivíduos mais escolarizados (secundário + pós-secundário e superior) aumentaram de dimensão e os subconjuntos menos escolarizados diminuíram (nenhum e básico), entre os extremos do período considerado. A diminuição de população desempregada sem nenhum nível de escolaridade (-2.700/-18,6%) e básico (-14.100/-4,7%) fez-se acompanhar do aumento muito significativo da população desempregada com escolaridade ao nível do secundário e pós-secundário (+145,5%) e superior (+89,2%). Entre 2007 e 2016 os subconjuntos dos indivíduos desempregados mais escolarizados cresceu de 124.800 (28,3%) para 274.000 (47,8%), enquanto os subconjuntos menos escolarizados diminuíram de 315.900 (71,7%) para 299.100 indivíduos (52,2%).

Assim, num período em que a população desempregada aumentou (+132.400/+30%) é possível discernir 2 fases distintas: uma fase de crescimento do desemprego, entre 2009 e 2013, precedida de uma fase de diminuição, compreendida entre 2014 e 2016, com a população desempregada em 2016 a ser quantitativamente semelhante à população desempregada em 2010.

A dinâmica e a distribuição da população empregada (grupo etário, género e escolaridade)

Durante o período em análise, a par da diminuição da população ativa e do aumento da população desempregada, assistiu-se ao decréscimo da população empregada (-487.000/-9,6%), embora seja possível identificar diferentes trajetos no interior desta população (Quadro 3). Nem todos perderam, nem todos ganharam. Os grupos etários dos indivíduos com 15-24 anos (-158.700/-37,7%), 25-44 anos (-363.900/-14,0%) e mais de 65 anos (-102.400/-30,4%) perderam população. Os grupos etários dos indivíduos com 45-54 anos (+56.500/+5,1%) e 55-64 anos (+81.100/+12,9%) ganham população. A diminuição total de população empregada entre 2007 e 2016 ocorreu em subconjuntos concretos, que são coincidentes mais com a dinâmica dos grupos etários dos extremos da distribuição e menos com os grupos etários do meio da distribuição. Os dados permitem verificar que os grupos etários 45-54 anos (21,9% em 2007 e 25,4% em 2016) e 55-64 anos (12,3% em 2007 e 15,4% em 2016) reforçaram a sua participação na formação da população empregada no período considerado. Verificou-se que os grupos etários 15-24 anos (8,3% em 2007 e 5,7% em 2016), 25-44 anos (51,05 em 2007 e 48,4% em 2016) e dos indivíduos com mais de 65 anos (6,6% em 2007 e 5,1% em 2016) diminuíram as suas participações na formação da população empregada.

Relativamente à população empregada por género é possível constatar as perdas do género masculino (-363.800/-13,3%) e do género feminino (-123.500/-5,2%), que consubstanciam uma relação de perda de população empregada na razão de 3 (homens) para 1 (mulher), visto que as perdas do género masculino representam 74,7% das perdas totais do subconjunto da população empregada.

Porém, a participação maioritária do género masculino na formação da população empregada manteve-se intacta (2007-2016), apesar das variações observáveis. Em 2016 o género masculino continuava a ser o maior subconjunto da população empregada (51,3%), apesar de em 2007 representar 53,5%; e o género feminino continuava a ser o subconjunto menor desta população (48,7%), embora tivesse aumentado a sua expressão (que em 2007 era de 46,5%).

Todavia, as transformações mais significativas da população empregada estão relacionadas com os níveis de escolaridade, nomeadamente, com o subconjunto básico - 3º ciclo (+16.500/+1,8%), secundário e pós-secundário (+420.800/+55,3%) e superior (+477.000/+66,4%) a denotarem

aumentos consideráveis e os restantes subconjuntos a perderem dimensão (sem escolaridade - 195.500/-71,4%; básico 1º ciclo -779.900/-54,9%; e básico 2º ciclo -426.200/-43%).

Efetivamente, os subconjuntos menos escolarizados da população empregada perderam 1.401.600 indivíduos no período compreendido entre 2007 e 2016, que foram compensados pelos ganhos de população nos subconjuntos mais escolarizados em consideração (914.300). Bem ilustrativo desta transformação é a variação total de população empregada no início e no fim do período. Em 2007 os subconjuntos menos escolarizados representavam 52,8% da população empregada, mas em 2016 esse valor baixava para 27,9%. Inversamente, os subconjuntos de população empregada mais escolarizada totalizavam 47,2% em 2007, tendo em 2016 aumentado a sua expressão para 72,1% da população empregada.

Emprego: regime de trabalho, situação na profissão, setor económico e salários

A identificação e análise das variações registadas na população empregada, segundo os grupos etários, o género e o nível de escolaridade, são parte do exercício empreendido para captar e retratar a paisagem empregabilística nacional. No entanto, este contributo fica valorizado se considerarmos a evolução da população empregada de modo mais profundo, segundo outros parâmetros, tais como os regimes de trabalho (tempo completo/tempo parcial), a situação na profissão principal (por conta própria/por contra de outrem), os setores de atividade económica (primário/secundário/terciário) e os salários (remunerações base média/ganho médio mensal). O objetivo do nosso exercício não é a composição de um retrato de alta definição sobre a paisagem empregabilística, mas um retrato suficientemente nítido dos contornos do emprego que se estabeleceu em Portugal (2007-2016).

A rutura com a valorização da experiência individual e a ilusão da familiaridade ou da proximidade que frequentemente se encontra acoplada ao tratamento do tema do (des)emprego, mostra-nos que apesar da diminuição da população empregada no período (-487.300 indivíduos/-9,6%), não ocorreram alterações significativas na distribuição do emprego em função do regime de duração de trabalho (Quadro 4).

Apesar da redução de empregos a tempo completo (-410.300 indivíduos/-9,2%), a percentagem destes empregos aumentou de 87,7% em 2007 para 88,1% em 2016 e a percentagem dos

empregos a tempo parcial diminuiu de 12,3% em 2007 para 11,9% em 2016. Estes dados expressam uma aparente cristalização do regime de duração do trabalho, durante um período em que o emprego esteve sob grande pressão, situação que nos força a ter que discutir com redobradas cautelas as diferentes dimensões que podem envolver a denominada precariedade laboral, que não se esgotará na discussão dos regimes de duração do trabalho.

Paralelamente, a análise da população empregada segundo a situação na profissão (Quadro 5) denota o enfraquecimento do subconjunto dos trabalhadores por conta própria, que não só contraiu 33,3% no período (-394.200 indivíduos), como viu o seu peso diminuir na formação da população empregada, visto que em 2007 representava 23,2% da situação profissional desta população, mas em 2016 não ultrapassava os 17,1%. Importa ainda referir que apesar da redução verificada nos trabalhadores por conta de outrem (-42.500 indivíduos/-1,1%), este subconjunto acabou por reforçar a sua posição, representando 82,2% das situações profissionais da população empregada em 2016 (75,2% em 2007).

Assim, a redução da população empregada que ocorreu no período 2007-2016, permite considerar a existência de uma relação com a situação do subconjunto dos trabalhadores por conta própria e o subconjunto dos trabalhadores em outras situações na profissão principal. Na verdade, a diminuição de população empregada com correspondência na situação dos trabalhadores por conta própria foi forte (-33,3%), com os trabalhadores por conta própria isolados a diminuírem 36,7% (-330.200 indivíduos) e os trabalhadores por conta própria empregadores a retrocederem 22,6% (-64.000 indivíduos) no período. Os trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo/a prazo aumentaram e representaram o único subconjunto com crescimento (+36,7/+5,5%), tendo esta dinâmica um significado especial, visto que ocorreu no interior de um subconjunto (trabalhadores por conta de outrem) que diminuiu (-1,1%).

No que concerne à dinâmica da população empregada por setor de atividade económica (Quadro 6), durante o período 2007-2016 assistiu-se à redução de população empregada no setor primário (-284.600 indivíduos/-47,2%) e secundário (-411.700 indivíduos/-26,7%) e ao aumento de população empregada no setor terciário (+209.200 indivíduos/+7,1%). Os dados indicam a existência de movimentações compatíveis com o reforço da terciarização da população empregada. A população empregada no setor terciário em 2016 correspondia a 68,6% do total da

população empregada, sabendo-se que em 2007 o emprego no terciário representava 57,9% do emprego. Deste modo, perante a redução da população empregada nos setores primário e secundário, sendo a redução de população empregada no setor secundário quantificável em 411.700 indivíduos (num período em que a redução total de emprego foi de 487.300 indivíduos), permanece válida a discussão sobre a força da relação entre (re)industrialização e criação de emprego em Portugal.

Os dados sobre a população empregada atestam comportamentos distintos consoante o género, com diminuições acentuadas no setor secundário para os homens (-322.600 indivíduos/-29,0%) e no primário para as mulheres (-185.600 indivíduos/-63,3%), com os ganhos de população empregada no setor terciário a se cifrarem na ordem dos 151.500 indivíduos para as mulheres (+9,2%) e de 58.000 indivíduos para os homens (+4,4%).

No domínio dos rendimentos do trabalho da população empregada, que são um parâmetro do exercício para a compreensão e a clarificação da dinâmica a que esta população esteve sujeita entre 2007 e 2015^{vi}, torna-se conveniente explicitar que este foi um período durante o qual o salário mínimo nacional (SMN) aumentou 127€ e o índice de preços no consumidor (IPC) variou 12,7% (Quadro 7). Em termos reais, ponderado o efeito do IPC no aumento do SMN, constata-se que o aumento real do SMN foi de 1,2% ao ano (entre 2007-2015).

Durante o período ocorreram ganhos nas remunerações base médias (RBM) e nos ganhos médios mensais (GMM) dos trabalhadores por conta de outrem (Quadro 8), que correspondem a crescimentos de 107,8€/13,5% (RBM) e 133,4/13,8% (GMM), respetivamente, sem considerar a variação do IPC (12,7%).

No entanto, é através da análise da evolução das remunerações base médias e dos ganhos médios mensais que se pode constatar como os rendimentos do trabalho foram um dos parâmetros do emprego que foi altamente condicionado durante o período em apreço. Conforme é possível observar (nos quadros 9 e 10), os crescimentos nas RBM e nos GMM não tiveram uma progressão uniforme ou positiva, atendendo ao efeito depreciativo proveniente da variação do IPC (12,7%). As remunerações base médias variaram 13,4%, embora em termos reais tenhamos que considerar um crescimento de 0,67% no período 2006-2015. Os ganhos médios mensais cresceram 13,8%, mas procedendo de modo a refletir a variação do IPC obtém-se um

crescimento real de 1,15%. Deste modo, fica explicitada a dimensão real do crescimento das RBM e dos GMM.

Contudo, a análise das variações das RBM e dos GMM por setores de atividade económica é ainda mais esclarecedora sobre a dinâmica dos rendimentos. É possível identificar dinâmicas reais negativas, nomeadamente, no interior do setor económico em que foram registados maiores ganhos de população empregada: o setor terciário. A este propósito destaque-se o desempenho observado nas RBM e nos GMM de determinadas categorias da população empregada do terciário, nomeadamente, comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e motociclos, alojamento e similares, transportes e armazenagem, atividades financeiras e de seguros, administração pública, defesa e segurança social obrigatória.

Epílogo

A intervenção da troika, a crise das dívidas soberanas e a crise financeira são alguns dos acontecimentos mais significativos que ocorreram nos últimos 10 anos e tiveram impacto no quotidiano, nomeadamente, na dinâmica de um importante fenómeno social: o (des)emprego na sociedade portuguesa contemporânea.

Entre 2007 e 2016 ocorreram transformações no mercado de emprego nacional, que são particularmente escrutináveis a partir da análise de conceitos sociodemográficos fundamentais, como a população ativa, a população desempregada e a população empregada. O comportamento destas populações encontra-se pejado de manifestações que suportam a ocorrência de fenómenos de erosão e de reconfiguração. Os fenómenos de erosão identificados estão relacionados, sobretudo, com o comportamento dos grupos etários da população ativa portuguesa, enquanto os fenómenos de reconfiguração são universais, por serem transversais aos grupos etários, aos diferentes géneros e aos níveis de escolaridade das populações ativa, desempregada e empregada.

Assim, a população empregada que se está a estabelecer em Portugal resulta da erosão da população ativa e da reconfiguração da população (des)empregada, mas tal não implica a existência de alterações significativas na distribuição da população empregada por regime de duração de trabalho (tempo completo/tempo parcial). A população empregada por conta de outrem sofreu perdas ligeiras, comparativamente às perdas observadas na população empregada

por conta própria. A principal transformação observada na população empregada (por conta de outrem) está localizada ao nível das modalidades contratuais (aumento dos contratos a termo/prazo), do reforço da terciarização do emprego criado e da cristalização salarial. Os rendimentos do trabalho, no período 2007-2015, mostram remunerações e ganhos médios reais positivos circunscritos aos setores primário e secundário (que perderam dimensão). Simultaneamente, ocorreram evoluções negativas nos rendimentos laborais de importantes categorias do setor terciário, por sinal, as responsáveis pelo aumento de população empregada durante o período 2006-2017. Sobre a recuperação de emprego em Portugal, em novembro de 2017, a Comissão Europeia^{vii} alertava para a elevada proporção de empregos criados em setores de perfil de baixas qualificações e salários baixos.

Em suma, os contornos da paisagem empregabilística portuguesa, cuja leitura tentamos ensaiar a partir dos dados coletados, organizados e analisados neste texto, expressam alterações consistentes, sobretudo, nos planos contratuais, níveis de escolaridade e rendimento, que em nosso entender exigem a problematização da qualidade dos empregos que estão a ser recuperados, na senda da erosão e das reconfigurações identificadas e que permanecem em curso.

Bibliografia

- Bauman, Z. (1997), *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (1999), *Globalização. As consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (1999), *Modernidade e ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Beck, U. (2003), *La société du risque*, Paris, Flammarion.
- Boltanski, L. & Chiapello, È. (1999), *Le nouvel esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard.
- Durkheim, E. (1987), *As regas do método sociológico*, Lisboa, Presença.
- Fabício, R. (2015), “Dados e reflexões sobre o mercado de emprego da Madeira (2005-2013)” in *Atas do I International Meeting of ISSOW*, Lisboa, APSIOT.
- Fabício, R. (2016), “O desemprego dos licenciados e dos diplomados de 1º Ciclo superior na Madeira (2006-2014)” in *Atas do XVI Encontro Nacional de SIOT, FCSH-UNL - Lisboa, APSIOT*.
- Fabício, R., Koene, B., & Sobral, F. (2015), “The metamorphosis of work and employment in the era of liquid modernity”, in Chambel, M. J. (Ed), *The self-determination theory applied to the new work arrangements*, New York, Nova Publishers.
- Fabício, R., Sobral, F & Lopes, S. (2014), “Indícios e evidências da reconfiguração do emprego em Portugal (2005 – 2013)” in *Atas do VIII Congresso da APS, Évora, APS*.
- Kovács, I. (2002), *As metamorfoses do emprego*, Oeiras, Celta.

Kovács, I. (2005), *Flexibilidade de emprego. Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta.

Luttwak, Edward (2000), *Turbocapitalismo*, Lisboa, Temas e Debates.

Plihon, Dominique (2003), *O Novo Capitalismo*, Lisboa, Campo da Comunicação.

Sallaz, Jeffrey (2013), *Labor, Economy and Society*, Cambridge – Malten, Polity.

Sennet, Richard (2006), *The culture of the New Capitalism*, New Haven & London, Yale University Press.

Stone, Katherine & Arthurs, Harry (2013), *Rethink workplace regulation. Beyond the standard contract of employment*, New York, Russel Sage Foundation.

Quadros

População ativa por grupo etário, género e nível de escolaridade

Anos	Indivíduo - Milhares												
	Grupos etários							Género		Nível de escolaridade			
	Total	<25	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	Masculino	Feminino	Nenhum	Básico	Secundário e Pós-Secundário	Superior
2007	5 533,1	505,7	1 420,1	1 408,4	1 191,1	670,9	337,1	2 917,6	2 615,6	288,4	3 639,8	828,5	776,4
2008	5 534,6	490,1	1 400,0	1 414,2	1 219,0	680,0	331,4	2 914,0	2 620,6	268,3	3 609,0	840,1	817,1
2009	5 486,1	455,4	1 366,6	1 420,5	1 235,6	683,0	324,9	2 864,6	2 621,5	233,3	3 497,9	915,6	839,3
2010	5 489,7	418,2	1 325,4	1 450,0	1 273,1	699,3	323,6	2 847,1	2 642,6	223,1	3 397,2	988,0	881,4
2011^	5 428,3	436,7	1 280,6	1 460,2	1 262,5	698,4	289,8	2 837,5	2 590,8	209,2	3 159,6	1 079,9	979,6
2012	5 382,6	419,1	1 223,5	1 460,2	1 280,5	703,6	295,7	2 791,5	2 591,1	181,6	2 999,5	1 153,4	1 048,1
2013	5 284,6	389,5	1 162,5	1 448,4	1 285,8	723,7	274,8	2 724,6	2 560,0	154,3	2 825,9	1 222,7	1 081,6
2014	5 225,6	378,0	1 118,7	1 454,2	1 285,1	740,1	249,4	2 681,0	2 544,6	121,9	2 632,5	1 275,5	1 195,6
2015	5 195,2	369,5	1 083,6	1 443,3	1 284,3	768,7	245,8	2 657,3	2 537,8	100,2	2 529,5	1 316,7	1 248,7
2016	5 178,3	364,2	1 054,8	1 429,3	1 295,6	795,6	238,7	2 652,4	2 525,9	90,2	2 436,1	1 347,1	1 304,8
Dif. 2016-2007	-354,8	-141,5	-365,3	20,9	104,5	124,7	-98,4	-265,2	-89,7	-198,2	-1 203,7	518,6	528,4
Var. % 2016-2007	-6,4%	-28,0%	-25,7%	1,5%	8,8%	18,6%	-29,2%	-9,1%	-3,4%	-68,7%	-33,1%	62,6%	68,1%

^quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 1

População desempregada por grupo etário, género e nível de escolaridade

Anos	Indivíduo - Milhares										
	Grupos etários				Género		Nível de escolaridade				
	Total	<25	25-54	55-64	Masculino	Feminino	Nenhum	Básico	Secundário e Pós-Secundário	Superior	
2007	440,6	84,6	311,6	43,7	192,4	248,2	14,5	301,4	67,2	57,6	
2008	418,0	81,7	291,0	44,8	188,7	229,3	14,1	282,8	65,2	55,8	
2009	517,4	92,5	371,6	52,2	252,9	264,6	15,1	360,1	88,2	54,0	
2010	591,2	95,2	432,2	62,2	277,7	313,5	19,8	397,5	112,3	61,7	
2011^	688,2	132,1	477,4	75,7	350,2	337,9	24,2	431,5	144,7	87,9	
2012	835,7	158,9	582,5	89,6	434,2	401,6	26,2	484,1	203,4	122,1	
2013	855,2	148,4	604,3	99,2	436,2	419,0	26,7	479,3	212,7	136,5	
2014	726,0	131,4	490,4	99,8	361,5	364,5	16,9	395,0	194,7	119,4	
2015	646,5	118,1	426,6	95,7	323,0	323,5	13,2	334,4	183,6	115,4	
2016	573,0	101,8	379,2	87,3	291,0	282,0	11,8	287,3	165,0	109,0	
Dif. 2016-2007	132,4	17,2	67,6	43,6	98,6	33,8	-2,7	-14,1	97,8	51,4	
Var. % 2016-2007	30,0%	20,3%	21,7%	99,8%	51,2%	13,6%	-18,6%	-4,7%	145,5%	89,2%	

^quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 2

População empregada por grupo etário, género e nível de escolaridade

Indivíduo - Milhares

Anos	Nível de escolaridade													
	Total	15-24	25-44	45-54	55-64	65+	Masculino	Feminino	Sem nível de escolaridade	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
2007	5 092,5	421,1	2 595,1	1 112,8	627,2	336,4	2 725,2	2 367,3	273,9	1 421,3	992,0	925,2	761,3	718,8
2008	5 116,6	408,4	2 597,4	1 144,7	635,2	330,9	2 725,3	2 391,3	254,2	1 375,4	939,8	1 011,0	774,9	761,3
2009	4 968,6	362,9	2 516,5	1 134,7	630,9	323,7	2 611,7	2 356,9	218,3	1 257,5	858,2	1 022,0	827,4	785,3
2010	4 898,4	323,0	2 463,0	1 153,3	637,2	321,9	2 569,3	2 329,1	203,3	1 183,4	817,3	999,0	875,7	819,7
2011^	4 740,1	304,6	2400,4	1125,5	622,7	286,9	2487,2	2252,9	185	979,8	722,9	1025,5	935,2	891,8
2012	4 546,9	260,2	2 267,8	1 114,0	613,9	291,0	2 357,3	2 189,6	155,4	896,1	662,9	956,5	949,9	926,0
2013	4 429,4	241,1	2 182,0	1 110,4	624,5	271,4	2 288,4	2 141,0	127,6	799,9	612,7	934,0	1 010,0	945,1
2014	4 499,5	246,5	2 229,2	1 138,4	640,3	245,0	2 319,5	2 180,0	104,9	710,3	590,9	936,4	1 080,8	1 076,3
2015	4 548,7	251,5	2 237,9	1 146,7	672,9	239,6	2 334,3	2 214,4	87,0	668,9	578,6	947,7	1 133,2	1 133,3
2016	4 605,2	262,4	2 231,2	1 169,3	708,3	234,0	2 361,4	2 243,8	78,4	641,4	565,8	941,7	1 182,1	1 195,8
Dif. 2016-2007	-487,3	-158,7	-363,9	56,5	81,1	-102,4	-363,8	-123,5	-195,5	-779,9	-426,2	16,5	420,8	477,0
Var. % 2016-2007	-9,6%	-37,7%	-14,0%	5,1%	12,9%	-30,4%	-13,3%	-5,2%	-71,4%	-54,9%	-43,0%	1,8%	55,3%	66,4%

^quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 3

População empregada: total, a tempo completo e a tempo parcial

Indivíduo - Milhares

Anos	Regime de duração de trabalho				
	Total	Tempo completo	%	Tempo parcial	%
2007	5 092,5	4 466,1	87,7%	626,4	12,3%
2008	5 116,6	4 494,4	87,8%	622,2	12,2%
2009	4 968,6	4 378,0	88,1%	590,7	11,9%
2010	4 898,4	4 317,5	88,1%	581,0	11,9%
2011^	4 740,1	4 096,8	86,4%	643,3	13,6%
2012	4 546,9	3 881,9	85,4%	665,0	14,6%
2013	4 429,4	3 795,2	85,7%	634,2	14,3%
2014	4 499,5	3 910,8	86,9%	588,7	13,1%
2015	4 548,7	3 982,3	87,5%	566,4	12,5%
2016	4 605,2	4 055,8	88,1%	549,5	11,9%
Dif. 2016-2007	-487,3	-410,3		-76,9	
Var. % 2016-2007	-9,6%	-9,2%		-12,3%	

^quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 4

População empregada: total e por situação na profissão principal

Situação na profissão principal															
Anos	Total População Empregada	Trabalhador por conta própria					Trabalhador por conta de outrem					Outras situações			
		Total	Empregador	%	Isolado	%	Total	Contrato permanente / sem termo	%	Contrato a termo / a prazo	%	Outras situações	%		%
2007	5 092,5	1 183,3	283,5	24,0%	899,8	76,0%	3 829,7	2 976,5	77,7%	668,7	22,5%	184,5	6,2%	79,4	1,6%
2008	5 116,6	1 195,6	283,2	23,7%	912,4	76,3%	3 871,8	2 991,8	77,3%	708,1	23,7%	172,0	5,7%	49,2	1,0%
2009	4 968,6	1 150,5	269,1	23,4%	881,4	76,6%	3 774,5	2 945,7	78,0%	677,0	23,0%	151,9	5,2%	43,6	0,9%
2010	4 898,4	1 085,9	253,1	23,3%	832,8	76,7%	3 765,8	2 907,1	77,2%	715,4	24,6%	143,2	4,9%	46,7	1,0%
2011^	4 740,1	992,1	244,6	24,7%	747,5	75,3%	3 719,1	2 901,5	78,0%	681,8	23,5%	135,8	4,7%	28,9	0,6%
2012	4 546,9	974,2	229,4	23,5%	744,8	76,5%	3 542,6	2 815,6	79,5%	597,7	21,2%	129,3	4,6%	30,1	0,7%
2013	4 429,4	942,3	231,8	24,6%	710,5	75,4%	3 457,5	2 717,5	78,6%	609,4	22,4%	130,6	4,8%	29,6	0,7%
2014	4 499,5	864,5	234,0	27,1%	630,5	72,9%	3 611,0	2 836,5	78,6%	644,4	22,7%	130,1	4,6%	24,0	0,5%
2015	4 548,7	815,1	218,2	26,8%	596,9	73,2%	3 710,6	2 895,5	78,0%	687,3	23,7%	127,8	4,4%	23,0	0,5%
2016	4 605,2	789,1	219,5	27,8%	569,6	72,2%	3 787,2	2 943,2	77,7%	705,4	24,0%	138,6	4,7%	29,0	0,6%
Dif. 2016-2007	-487,3	-394,2	-64,0		-330,2		-42,5	-33,3		36,7		-45,9		-50,4	
Var. % 2016-2007	-9,6%	-33,3%	-22,6%		-36,7%		-1,1%	-1,1%		5,5%		-24,9%		-63,5%	

^quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 5

População empregada: total e por setor de atividade económica

Indivíduo - Milhares							
Anos	Total PE	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
2007	5 092,5	603,0	11,8%	1 540,0	30,2%	2 949,4	57,9%
2008^	5 116,6	585,3	11,4%	1 483,4	29,0%	3 047,9	59,6%
2009	4 968,6	568,8	11,4%	1 381,5	27,8%	3 018,4	60,7%
2010	4 898,4	548,5	11,2%	1 335,1	27,3%	3 014,8	61,5%
2011^	4 740,1	483,9	10,2%	1 272,9	26,9%	2 983,2	62,9%
2012	4 546,9	491,4	10,8%	1 143,5	25,1%	2 912,0	64,0%
2013	4 429,4	453,1	10,2%	1 049,7	23,7%	2 926,6	66,1%
2014	4 499,5	389,1	8,6%	1 073,5	23,9%	3 036,9	67,5%
2015	4 548,7	342,5	7,5%	1 107,6	24,3%	3 098,6	68,1%
2016	4 605,2	318,4	6,9%	1 128,3	24,5%	3 158,6	68,6%
Dif. 2016-2007	-487,3	-284,6		-411,7		209,2	
Var. % 2016-2007	-9,6%	-47,2%		-26,7%		7,1%	

^quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 6

Ano	Salário mínimo geral (mensal)	Variação €	Variação %	Índice de Preços no Consumidor
2007	403,0 €			2,5%
2008	426,0 €	23,0 €	5,7%	2,6%
2009	450,0 €	24,0 €	5,6%	-0,8%
2010	475,0 €	25,0 €	5,6%	1,4%
2011	485,0 €	10,0 €	2,1%	3,7%
2012	485,0 €	0,0 €	0,0%	2,8%
2013	485,0 €	0,0 €	0,0%	0,3%
2014	485,0 €	0,0 €	0,0%	-0,3%
2015	505,0 €	20,0 €	4,1%	0,5%

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 7

Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: remuneração base média e ganho médio

Euro - Média

Anos	Remuneração base média					Ganho médio				
	Total	Homens	% RBM	Mulheres	% RBM	Total	Homens	% GM	Mulheres	% GM
2007	806,1	876,8	108,8%	712,7	88,4%	963,3	1 066,0	110,7%	827,7	85,9%
2008	843,2	916,3	108,7%	747,7	88,7%	1 008,0	1 112,4	110,4%	871,6	86,5%
2009	867,5	940,5	108,4%	773,5	89,2%	1 034,2	1 138,8	110,1%	899,3	87,0%
2010 [^]	899	976,7	108,6%	800,8	89,1%	1075,3	1185	110,2%	936,5	87,1%
2011	905,1	984,2	108,7%	807,5	89,2%	1 083,8	1 195,4	110,3%	945,9	87,3%
2012	914,1	999,0	109,3%	813,7	89,0%	1 094,7	1 212,3	110,7%	955,8	87,3%
2013	911,5	993,2	109,0%	815,6	89,5%	1 093,3	1 208,8	110,6%	957,6	87,6%
2014 [^]	909,5	985	108,3%	820,3	90,2%	1093,2	1203,3	110,1%	963,1	88,1%
2015	913,9	990,1	108,3%	825,0	90,3%	1 096,7	1 207,8	110,1%	966,9	88,2%
Dif. 2015-2007	107,8	113,3		112,3		133,4	141,8		139,2	
Var. % 2015-2007	13,4%	12,9%		15,8%		13,8%	13,3%		16,8%	

[^]quebra de série

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 8

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica

Euro - Média

Anos	Setores de atividade económica													
	Total	Primário	Secundário				Terciário							
		Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Elettricidade, gás e água	Construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	Alojamento, restauração e similares	Transportes e armazenagem	Atividades financeiras e de seguros	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	Educação	Saúde e ação social	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais
2007	806,1	611,9	786,5	734,2	1630,2	697	779	601,6	922,1	1429	880,2	931	720,4	1222,1
2008	843,2	624,2	821,5	775	1693,1	728,6	806,8	623,4	971,8	1500,9	907,4	986,5	752,1	1519,3
2009	867,5	644,5	844,4	796,1	1773	756,5	826,6	636,2	981,4	1534,3	854,8	1067,4	777,7	2032,7
2010	899	683,7	862,3	823	1916,1	793,6	847,7	657,8	1025,4	1569,2	902	1121,6	803,2	2147,9
2011	905,1	708,3	883,2	830,6	2241,4	796,5	857,6	664,9	983,7	1578,1	880,3	1112,4	809,9	1626,6
2012	914,1	708,2	912,6	835,8	2297,3	808,3	862,1	672,7	998,1	1578,6	897,3	1125,3	815,8	1975,5
2013	911,5	683,9	920,8	838,8	2337,7	806,5	858,4	671,7	993,7	1575,3	875	1133,3	821,4	1810,4
2014	909,5	687,9	934,7	844	2065,1	800,2	862,7	670	977,2	1573	881	1119,5	821,9	1772,7
2015	913,9	701,3	937,8	856,1	2091,5	796,2	867,9	673,9	988,3	1571,1	849,2	1118,4	833,4	1910,5
Dif. 2015-2007	107,8	89,4	151,3	121,9	461,3	99,2	88,9	72,3	66,2	142,1	-31	187,4	113	688,4
Var. % 2015-2007	13,4%	14,6%	19,2%	16,6%	28,3%	14,2%	11,4%	12,0%	7,2%	9,9%	-3,5%	20,1%	15,7%	56,3%
IPC 12,7%	0,67%	1,91%	6,54%	3,90%	15,60%	1,53%	-1,29%	-0,68%	-5,52%	-2,76%	-16,22%	7,43%	2,99%	43,63%

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 9

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica

Euro - Média

Anos	Setores de atividade económica													
	Total	Primário	Secundário				Terciário							
		Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Electricidade, gás e água	Construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas	Alojamento, restauração e similares	Transportes e armazenamento	Atividades financeiras e de seguros	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	Educação	Saúde e ação social	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais
2007	963,3	694,6	983,9	866,2	2117,3	829,8	906,2	659,7	1251,8	2074,7	1006,2	999,3	806,9	1282,6
2008	1008	714,5	1030,7	909,2	2191,6	870,3	937,5	684,6	1292,3	2224,4	1045,4	1066,7	858,5	1675,6
2009	1034,2	738	1066,7	929,8	2531,4	901,4	959,3	696,6	1304,6	2245,5	990,8	1149,5	879,4	2159,1
2010	1075,3	782,2	1118,2	972,5	2730	948,2	991,2	719,2	1322,8	2252	1088,4	1223,8	929,8	2262,2
2011	1083,8	809,2	1145,9	981	2663,5	958	1003,8	730	1337,9	2259,5	1054,9	1202,7	942,3	1755,7
2012	1094,7	811,7	1191,7	988,2	2698,1	970,2	1011,9	738	1351	2289,8	1057,5	1220,2	945,8	2095,2
2013	1093,3	788,3	1217,2	996,1	2815,9	968,9	1010,3	734,7	1344,8	2299,9	1034,9	1231,7	945,6	1896,4
2014	1093,2	794,6	1253,2	1003,1	2899	962,2	1014,1	734	1335,5	2312,5	1049,3	1224,4	941,1	1860,2
2015	1096,7	802,7	1254,1	1015,8	2923,8	958,6	1022	736,8	1342,5	2302,1	1055,1	1215,9	958	2012,9
Dif. 2015-2007	133,4	108,1	270,2	149,6	806,5	128,8	115,8	77,1	90,7	227,4	48,9	216,6	151,1	730,3
Var. % 2015-2007	13,8%	15,6%	27,5%	17,3%	38,1%	15,5%	12,8%	11,7%	7,2%	11,0%	4,9%	21,7%	18,7%	56,9%
IPC 12,7%	1,15%	2,86%	14,76%	4,57%	25,39%	2,82%	0,08%	-1,01%	-5,45%	-1,74%	-7,84%	8,98%	6,03%	44,24%

Dados obtidos em www.pordata.pt a 25-09-2017

Quadro 10

ⁱ O autor gostaria de agradecer aos revisores e aos participantes do XVII ENSIOT, pelos comentários dirigidos à sua comunicação, que representaram importantes contributos para a sua reflexão.

ⁱⁱ Da situação dos PIIGS à falência do Lehman Brothers, Fannie Mae, Freddie Mac, Bernard Madoff, entre outros.

ⁱⁱⁱ A opção pela designação (des)emprego visa enfatizar as propriedades de facto social (Durkhiem, 1987) que envolvem a privação ou a posse de emprego, que nesta perspetiva têm correspondência nas denominadas situações de desemprego e emprego, respetivamente

^{iv} Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

^v A opção pelo período 2007-2016 decorre da sequência temporal de trabalhos desenvolvidos anteriormente sobre o fenómeno do (des)emprego em Portugal (Fabrício, 2016 e 2015; Fabrício, Koene, & Sobral, 2015; Fabrício, Sobral & Lopes, 2014).

^{vi} Os dados referentes aos rendimentos dizem respeito ao período 2007-2015.

^{vii} <https://www.dn.pt/dinheiro/interior/bruxelas-avisa-que-pais-cria-muito-emprego-pouco-qualificado-8912280.html>